

BMW GROUP

Serviços Financeiros



BMW LEASING DO BRASIL S.A.

Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 60.872.983/0001-88

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS E SEMESTRE FIMDOS EM 31/12/2018 E 2017 (Em milhares de Reais)			
	2018	2017	
Ativo			Passivo
Circulante	36.073	48.734	Circulante
Disponibilidades	4	60	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.929	48.198	Depósitos interfinanceiros
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.929	48.198	
Operações de arrendamento mercantil	(16)	(94)	Outras obrigações
Arrendamentos a receber - Setor privado	279	466	Sociais e estatutárias
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(278)	(462)	Fiscais e previdenciárias
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvida	(17)	(98)	Provisão para imposto de renda diferido
			Credores por participação de valor residual
Outros créditos	156	570	Diversas
Diversos	156	570	
Realizável a Longo Prazo	13.199	440	Exigível a Longo Prazo
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.247	461	Outras obrigações
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.247	461	Provisão para imposto de renda diferido
Operações de arrendamento mercantil	(18)	(83)	Credores por participação de valor residual
Arrendamentos a receber - Setor privado	101	416	Diversas
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(180)	(412)	
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvida	(11)	(87)	Patrimônio Líquido
Outros créditos	962	523	Capital social
Diversos	962	523	De domicílios no país
Permanente	5.081	8.154	Reserva de lucros
Imobilizado de arrendamento	5.081	8.154	Reservas de lucros
Bens arrendados	4.927	7.938	Lucros ou Prejuízos acumulados
(-) Depreciações acumuladas	(2.455)	(3.207)	
Superveniência de depreciação	2.609	3.423	
Total do Ativo	54.353	57.328	Total do Passivo
			54.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - EXERCÍCIOS E SEMESTRE FIMDOS EM 31/12/2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por ação)					
	2º Semestre		Exercício		
	2018	2017	2018	2017	
Receitas da Intermediação Financeira	2.418	5.572	7.976		
Operações de arrendamento mercantil	808	1.869	3.117		
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	1.610	3.703	4.859		
Despesas da Intermediação Financeira	(704)	(1.492)	(2.442)		
Operações de captação no mercado	(36)	(129)	(240)		
Operações de arrendamento mercantil	(674)	(1.520)	(2.391)		
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvida	6	157	189		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.714	4.080	5.534		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(802)	(1.711)	(1.055)		
Rendas de tarifas bancárias	-	1	7		
Outras despesas administrativas	(566)	(901)	(870)		
Despesas tributárias	(1.182)	(2.400)	(3.819)		
Resultado antes de impostos	598	1.476	2.958		
Impostos de renda	(598)	(1.476)	(2.958)		
Resultado líquido	0	0	0		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS E SEMESTRE FIMDOS EM 31/12/2018 E 2017 (Em milhares de Reais)					
	2º Semestre		Exercício		
	2018	2017	2018	2017	
Reservas de Lucros					
Capital social	35.682	1.301	7.292		44.275
Reserva legal	-	-	-	-	2.958
Reservas especiais de lucros	-	148	-	(148)	9
Lucros/(Prejuízos) acumulados	-	-	-	-	14.117
Total	35.682	1.301	7.292		44.275
Mutações do Exercício	35.682	1.449	10.111		47.242
Mutações em 30/06/2018	35.682	1.493	10.111		48.315
Mutações do semestre	-	-	-		598
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	30	-	(30)	15
Dividendos	-	-	-	-	1.389
Reservas especiais de lucros	-	-	-	-	1.389
Saldos em 31/12/2018	35.682	1.523	11.528		48.734
Mutações do Semestre	-	30	1.418		(835)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS E SEMESTRE FIMDOS EM 31/12/2018 E 2017 (Em milhares de Reais)					
	2º Semestre		Exercício		
	2018	2017	2018	2017	
Atividades Operacionais	598	1.476	2.958		
Lucro/prejuízo líquido do semestre/exercício	598	1.476	2.958		
Ajustes ao lucro líquido	858	2.223	3.138		
Provisão para créditos de liquidação duvida	(6)	(157)	(189)		
Provisão para passivos contingentes e outras provisões	(265)	214	(121)		
Impostos diferidos	-	(170)	(131)		
Superveniência/Insuficiência de depreciação	454	814	1.188		
Variações patrimoniais	(14.798)	(16.024)	(1.651)		
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(12.247)	(12.247)	-		
(Aumento) Redução em imobilizado de arrendamento mercantil	480	737	(1.570)		
(Aumento) Redução em perdas diferidas	-	-	(2)		
Total	598	1.476	2.958		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)					
1. CONTEXTO OPERACIONAL: A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é uma sociedade pertencente ao "Grupo BMW", decorrente da aquisição da BMW Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, anteriormente controlada pelo Banco Chase Manhattan S.A. A aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 17/03/1999. A Sociedade concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do "Grupo BMW", inclusive a BMW do Brasil Ltda., as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras emitem práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e a Resolução CMN nº 3.604/08; c) PC 05: Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) PC 10 (R1): Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) PC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) PC 24: Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) PC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) CPC: Pronunciamento conceitual básico: Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; i) CPC 33 (R1): Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 22/03/2019. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de arrendamento mercantil vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebíveis referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias. c) Operações de arrendamento: As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com	as condições determinadas nos contratos. As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84. O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil (BACEN), com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. d) Ativos circulante e realizável a longo prazo: São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidas das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. e) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvida (PLD): As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As reconeções de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da reconeção são reconhecidos como o resultado quando efetivamente recebidos. f) Imobilizado de arrendamento: Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação. A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº 140/84, quando aplicável. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é oferecido e amortizado, contábil e fisicamente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. g) Passivos circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos. h) Resultado de exercícios futuros: Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja qualquer perspectiva de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo. i) imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$				

240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 20%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo. Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (Vide nota explicativa nº 9). Os ativos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06. De acordo com o artigo 1º da Lei 13.169, a alíquota de 20% aplicável à Contribuição Social, estaria vigente até 31/12/2018, motivo pelo qual o crédito tributário sobre diferenças temporárias foi constituído pela alíquota de 15%. O passivo diferido foi constituído à alíquota de 25%, para imposto de renda, sobre o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil. j) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvida, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e a avaliação de perdas por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente. k) Contingências: Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o aprovisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. l) Lucro líquido por ação: É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.
--

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:					
	2018		2017		
	2018	2017	2018	2017	
Disponibilidades - Caixa	4	60			
Aplicações interfinanceiras de liquidez - ligadas (i)	30.848	48.198			
Aplicações interfinanceiras de liquidez - não ligadas (ii)	5.081	-			
Subtotal - Circulante	35.933	48.258			
Aplicações interfinanceiras de liquidez - ligadas (i)	12.247	-			
Subtotal - Realizável a longo prazo	12.247	-			
Total	48.180	48.258			

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL:					
	2º Semestre 2018		2018		2017
	2018	2017	2018	2017	2017
Operações com aplicações em depósitos interfinanceiros	1.610	3.703	4.859		
Total	1.610	3.703	4.859		

6. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL POR VENCIMENTO:					
	2018		2017		
	2018	2017	2018	2017	
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Pro- visão
AA	-	-	3	0,00%	0
A	70	-	190	4	0,50%
B	-	22	325	208	555
C	-	-	193	193	3,00%
D	-	61	93	154	100,00%
Total	70	83	515	501	1.169

7. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL POR VENCIMENTO:					
	2018		2017		
	2018	2017	2018	2017	
Parcelas até 14 dias e a vencer até 90 dias	243	466			
De 91 até 360 dias	466	840			
Acima de 360 dias	460	1.157			
Subtotal	1.169	2.463			
Total	1.169	2.463			

8. MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:					
	2018		2017		
	2018	2017	2018	2017	
Saldos em 31/12/2016	418	317/2017	185	30/06/2018	34
Constituições	88	Constituições	8	Constituições	6
Reversões	(277)	Reversões	(165)	Reversões	(11)
Baixas	(44)	Baixas	-	Baixas	-
31/12/2017	185	31/12/2018	28	31/12/2018	28

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E PERDAS EM ARRENDAMENTO A AMORTIZAR:					
	2018		2017		
	2018	2017	2018	2017	
Saldos em 31/12/2016	418	317/2017	185	30/06/2018	34
Constituições	88	Constituições	8	Constituições	6
Reversões	(277)	Reversões	(165)	Reversões	(11)
Baixas	(44)	Baixas	-	Baixas	-
31/12/2017	185	31/12/2018	28	31/12/2018	28

10. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS: Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os depósitos, judiciais ou mantidos em conta de acordo com a dedução das provisões para passivos contingentes, no montante de R\$ 449 (R\$ 434 em 31/12/2017) em atendimento às normas do Banco Central do Brasil. **a. Contingências fiscais:** A Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do IIS incidente sobre as receitas de operações de leasing, por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora. Em 2013, foi proferida decisão pelo STJ, em ação que discutia exatamente o local de ocorrência do fato gerador nas operações de leasing (estabelecimento prestador v. local de entrega do bem e finalização do contrato) na qual entendeu-se que o IIS nestas operações incidiria no local da sede da empresa. Assim, as execuções fiscais que versavam sobre recolhimento de IIS em outros Municípios passaram a possuir, a partir de tal decisão, probabilidade de perda motiva, motivo pelo qual, não há mais saldos relativos às causas de IIS provisionadas na data de 30/06/2018. Com o advento da Lei Complementar (LC) 157/2016, o tema está em discussão, visto que esta LC versa exatamente o contrário da decisão acima mencionada, ou seja, que a incidência se daria no local de entrega do bem e finalização do contrato. A eficácia desta LC se encontra suspensa, tendo em vista a concessão de Liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.835 proposta contra a mesma, que ainda pede de julgamento. **b. Contingências civis:** São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisionais de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As operações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de risco/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, e das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. **c. Contingências trabalhistas:** São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da empresa - empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de risco/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

a. Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:					
	2018		2017		
	2018	2017	2018	2017	
Causas possíveis	Quantidade	Montante R\$	Quantidade	Montante R\$	